



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

**RELATÓRIO DE RESULTADOS DE ATIVIDADES DE
AUDITORIA, INSPEÇÃO ADMINISTRATIVA E
FISCALIZAÇÃO**

Exercício 2018

São Paulo, Fevereiro de 2019



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

**Relatório de Resultados das Atividades de Auditoria,
Inspeção Administrativa e Fiscalização⁵
Exercício 2018**

O presente relatório apresenta síntese de resultados relativos aos trabalhos/atividades que foram desenvolvidos, no exercício de 2018, pela Secretaria de Controle Interno, para que estes sejam disponibilizados no portal institucional para cumprimento das obrigações de transparência nos termos do Acórdão TCU nº 1382/2018 - Plenário.

1. Auditoria Coordenada pelo CNJ de avaliação da governança, gestão, riscos e controles de TIC (item 7 do Plano Anual de Auditoria de 2018, PAA 2018, PROAD nº 17225/2018).

Objetivos / Itens avaliados	Avaliar a governança, gestão, riscos e controles de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), de acordo com o escopo definido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
Resultados obtidos	Recomendou-se a formalização e a definição de diretrizes para a comunicação dos resultados da gestão e do uso de TIC. Nesse contexto, a elaboração de catálogo de serviços foi recomendada.

2. Auditoria de Conformidade sobre os Programas "Trabalho Seguro" e "Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem" (Item nº 8 do PAA 2018, PROAD 17222/2018).

Objetivos / Itens avaliados	Avaliar os controles das unidades relativos à destinação de recursos aos Programas "Trabalho Seguro" e "Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem".
Resultados obtidos	Após análise feita pela auditoria, constatou-se que os recursos disponibilizados para o atendimento dos programas foram empregados de acordo com as normas vigentes, não obstante detectou-se um conjunto residual de oportunidades de melhoria quanto à instrução dos processos de pagamento de diárias e procedimentos de recebimento de objeto conforme instrumento contratual.

⁵ BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 171, de 1º de março de 2013.** Dispõe sobre as normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização nas unidades jurisdicionais vinculadas ao Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2509>>. Acesso em: 30 nov. 2018.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

3. Auditoria de avaliação da efetiva utilização dos bens e serviços de TIC custeados com recursos do CSJT (Item nº 9 do PAA 2018, PROAD 24324/2018).

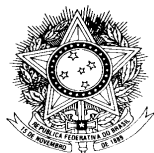
Objetivos / Itens avaliados	Avaliar a efetiva utilização dos bens e serviços de TIC custeados com recursos dos orçamentos de 2016 e 2017 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).
Resultados obtidos	Evidenciou-se que os equipamentos, os softwares e serviços de TIC adquiridos com recursos descentralizados pelo CSJT em 2016 e 2017 foram devidamente recebidos e instalados sinalizando efetivo uso.

4. Auditoria sobre a realização de despesas de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a Lei Orçamentária Anual (Item nº 6 do PAA 2018, PROAD nº 17218/2018).

Objetivos / Itens avaliados	Avaliar os controles que garantam a não realização de despesas vedadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e pela Lei Orçamentária Anual (LOA). Verificar a existência de empenho, liquidação e pagamento de despesas em desacordo com a legislação vigente.
Resultados obtidos	Embora não se tenha evidenciado ocorrência de infração às leis e às normas aplicáveis, recomendou-se, no atual contexto de restrição orçamentária e aumento do escopo das leis orçamentárias, fortalecimento de controles e atribuição de responsabilidade para verificar a adequação orçamentária mitigando-se riscos de conformidade e de informação financeira.

5. Auditoria operacional sobre os controles de guarda e proteção do acervo de processos judiciais arquivados (Item nº 10 do PAA 2018, PROAD nº 33105/2018).

Objetivos / Itens avaliados	Avaliar os controles de guarda e proteção do acervo de processos judiciais relacionados à garantia da integridade física dos documentos que integram os autos e procedimentos de gestão documental e memória no âmbito do Tribunal.
Resultados obtidos	No contexto de gestão de riscos operacionais e informacionais, foram detectadas oportunidades de melhoria de infraestrutura e normatização das atividades relacionadas ao arquivamento e à memória institucional.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

6. Avaliação do monitoramento das auditorias realizadas (Item nº 15 do PAA 2018, PROAD nº 33108/2018).

Objetivos / Itens avaliados	Avaliar o atendimento às recomendações emitidas em auditorias internas. Analisar as evidências apresentadas pelas unidades atendidas com a finalidade de definir o atendimento às recomendações.
Resultados obtidos	Aprimorou-se sistemática do monitoramento mediante utilização de processo eletrônico administrativo (PROAD) com o estabelecimento de indicador de implementação de recomendações, i_{audit} , e reporte mensal.

7. Auditoria de avaliação do atendimento às Resoluções do CNJ relacionadas à TIC nº 182/2013 e nº 211/2015 (Item nº 11 do PAA 2018, PROAD nº 38045/2018).

Objetivos / Itens avaliados	Avaliar, em síntese, as diretrizes formuladas pelo CNJ relacionadas à TIC estabelecidas na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário - ENTIC-JUD - Resolução nº 211/2015 e Resolução nº 182/2013.
Resultados obtidos	Embora as diretrizes encontrem-se majoritariamente atendidas e evidenciadas, recomendou-se a adoção da solução de gravação audiovisual de audiência para cada sala de sessão e sala de audiência (inciso IV do art. 24 da Resolução CNJ nº 211/2015) e o controles para garantir emissão de relatórios sobre a execução contratual.

8. Auditoria sobre a utilização de respaldo documental na execução orçamentária (Item nº 12 do PAA 2018, PROAD 45381/2018).

Objetivos / Itens avaliados	Avaliar os controles relativos à execução orçamentária no que se refere ao respaldo documental necessário para a realização da despesa. Analisar, por amostragem, a conformidade nos estágios de execução da despesa.
Resultados obtidos	Constatação de que os riscos acerca do respaldo documental foram reduzidos com o mapeamento de processos e utilização de processo administrativo virtual, não obstante foram detectadas oportunidades de fortalecimento do procedimento de verificação sobre regularidade fiscal e trabalhista.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

9. Auditoria de Gerenciamento de Problemas e de Incidentes do PJe (Item 14 do PAA 2018, PROAD 45360/2018).

Objetivo / Itens avaliados	Avaliar a eficácia das políticas e procedimentos de gerenciamento de problemas e incidentes do Tribunal relacionados ao Processo Eletrônico Judicial (PJe).
Resultados obtidos	O Tribunal implantou procedimentos e controles que garantem a observância majoritária das normas e boas práticas de governança e gestão de TIC. Recomendou-se, a título de reforço dos procedimentos adotados, definição de metas para os indicadores dos processos de gerenciamento de incidentes e de problemas, com destaque para o Processo Judicial Eletrônico. Em complemento, foi recomendado o estabelecimento de controles para reportar periodicamente informações a fim de subsidiar as decisões da Administração mediante emissão de relatórios de indicadores, riscos e custos, inspirados nas boas práticas dos processos DSS02 e DSS03 do COBIT 5®.

II - Inspeções Administrativas

1. Inspeção Administrativa de avaliação dos controles sobre material e patrimônio⁶ do TRT-2ª Região (item 2 do PAA 2018, Item 11 do Plano Anual de Auditoria de Longo Prazo - PALP 2018-2021, PROAD 51.570/2018).

Objetivo / Itens avaliados	Inspeccionar os controles e procedimentos adotados pelo TRT da 2ª Região para a gestão de material e patrimônio.
Resultados obtidos	Recomendou-se o fortalecimento dos controles, a atualização da normatização e a análise dos parâmetros de decisão visando ao aperfeiçoamento de premissas de aquisição, estocagem e distribuição de materiais.

III - Fiscalizações e Relatório de Auditoria de Gestão

Em 2018, não foram emitidos relatórios referentes a fiscalizações e a auditorias de gestão.

Responsável pelas informações: Secretaria de Controle Interno.

Periodicidade: anual.

⁶ Iniciada em 10 de outubro de 2018 e finalizada em 31 de janeiro de 2019.